

Prefeitura libera R\$ 37,3 mi para sistema de ônibus na cidade

Recursos financeiros vão ser alocados para monitoramento e gestão da frota

A Prefeitura da cidade de São Paulo autorizou o repasse de R\$ 37,3 milhões para a continuidade da implantação e operação do Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional (SMGO), voltado à rede municipal de ônibus. A informação consta em publicação oficial desta terça-feira, 17 de março de 2026, por meio de despacho do secretário municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, Celso Jorge Caldeira.

O sistema é gerenciado pela SPTrans e reúne ferramentas tecnológicas para acompanhamento da operação do transporte coletivo. Entre os recursos previstos estão softwares de gestão, equipamentos de geocalização com maior precisão instalados nos veículos, câmeras embarcadas e transmissão de dados em tempo real para suporte à condução e, também, fiscalização das linhas.

Implementação do sistema

Do total autorizado, R\$ 10 milhões serão destinados à etapa de implantação do sistema, enquanto R\$ 27,3 milhões irão para manutenção e operação. Os serviços são classificados como prestação por terceiros, envolvendo empresas contratadas para execução técnica de todas as atividades.

O SMGO é considerado um



Divulgação/Prefeitura de SP

Gestão do Prefeito Ricardo Nunes (MDB) entregou 100 ônibus elétricos no ano passado

dos principais instrumentos de controle da operação dos ônibus municipais, permitindo monitoramento contínuo da frota e análise de desempenho das linhas. A iniciativa também tem como objetivo ampliar a capacidade de fiscalização e aprimorar a gestão do serviço prestado à população.

O projeto já estaria acumulando atrasos desde sua concepção. A previsão inicial era de que o sistema começasse a ser implementado em 2019, após a assinatura dos contratos com

as empresas operadoras. No entanto, o processo licitatório para escolha da fornecedora da tecnologia foi concluído apenas em 2024, após uma série de adiamentos e questionamentos administrativos e judiciais.

Consórcio vencedor

A contratação acabou sendo homologada em favor do Consórcio Clever Devices, responsável por um contrato de cerca de R\$ 908 milhões, com vigência prevista de dez anos. A disputa incluiu contestações de

outras empresas do setor, que apontaram possíveis restrições à competitividade no edital apresentado. As alegações foram analisadas pela Justiça, que manteve o resultado da licitação em segunda instância.

Antes da definição final, o processo atual também passou por avaliação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que chegou a apontar inconsistências e recomendou ajustes. Após revisões e remarcações de datas, a concorrência seguiu até a conclusão.

Liberação de recursos

Com a liberação dos novos recursos, o próximo passo da gestão municipal é dar sequência à execução do sistema, que agora segue em fase de implementação e operação gradual em toda a cidade de São Paulo.

Dados da SPTrans

Segundo dados da SPTrans, de 2025, São Paulo tem 1320 linhas de ônibus, por onde circulam 13246 ônibus. A média de passageiros transportados por dia útil, ultrapassa os 7 milhões (7,1 mi). O total para um mês chega a 175,56 milhões de passageiros.

A prestação dos serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros no Município de São Paulo foi outorgada mediante a concessão de 32 (trinta e dois) lotes, de acordo com os contratos assinados em 24 de maio 2019 e Ordens de Serviços Operacionais (OSO) emitidas em 09 de setembro de 2019. Os 21 (vinte e um) Setores de Ônibus compreendem áreas territoriais da cidade estabelecidas de acordo com as necessidades de planejamento e organização da delegação dos serviços. A reunião dos setores define espaços referenciais – denominados lotes – que podem ser compartilhados operacionalmente na formação de grupos de linhas. Para cada lote de serviços, as linhas foram agregadas, de acordo com a proximidade regional geográfica na cidade.

Comissão de Habitação Social cobra incorporadora

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP

A Comissão que investiga a produção e a comercialização de habitações de interesse social e de mercado popular em SP avançou, nesta terça-feira (17), na apuração de possíveis irregularidades. Os vereadores ouviram o CEO da Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A., Ralph Horn, que apresentou dados sobre a atuação da empresa nesse segmento.

A CPI foi instaurada para verificar o cumprimento das regras em vigor que definem o público-alvo dessas moradias, que contam com incentivos urbanísticos e fiscais previstos na legislação da cidade de São Paulo. Os benefícios são para famílias de baixa e média rendas.

Durante a oitiva, Horn afirmou que a empresa possui 25 empreendimentos, sendo sete enquadrados nas modalidades de habitação de interesse social e habitação de mercado popular. Segundo ele, já foram lançadas 3.542 unidades nessas cate-



Vereadores querem aprofundar a destinação das unidades

gorias (78% adquiridas por compradores dentro dos critérios estabelecidos e 22% por investidores).

O executivo também destacou que a empresa adota mecanismos de verificação para evitar irregularidades nas vendas, incluindo análise de crédito e checagem documental.

Parlamentares questionaram a presença de empreendimentos de diferentes padrões no mesmo terreno, prática confirmada pela empresa.

Vereadores apontaram a necessidade de aprofundar a investigação, especialmente sobre a destinação das unidades e o uso dos incentivos.

CPI do Jockey apura contrato de restauro

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o Jockey Club retomou, nesta terça-feira (17), a fase de oitivas com representantes do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), órgão ligado à Secretaria Municipal de Cultura. A apuração se concentra no contrato firmado com a Prefeitura para restauro do espaço, que envolve recursos públicos de R\$ 61,3 milhões.

Durante a reunião, técnicos do DPH apresentaram esclarecimentos sobre a análise das prestações de contas referentes às obras. Segundo o órgão, há necessidade de cumprimento integral do termo de compromisso firmado entre o clube e o município, além da aprovação contínua das intervenções realizadas no imóvel.

Os representantes informaram que a documentação apresentada pelo Jockey inclui despesas que não teriam relação direta

com o projeto de restauro. Foram identificados gastos considerados incompatíveis com as regras do programa de Transferência do Direito de Construir, mecanismo utilizado para viabilizar o financiamento das obras.

A investigação teve início em outubro de 2025, após a rejeição das contas apresentadas pelo clube. O caso também é analisado pela Controladoria Geral do Município, que conduz auditoria para verificar possíveis irregularidades. O resultado dessa apuração deve orientar eventuais medidas administrativas e sanções.

Parlamentares que integram a CPI afirmaram que os depoimentos contribuem para esclarecer o uso dos recursos e subsidiar a elaboração do relatório final. O colegiado busca identificar responsabilidades e avaliar possíveis descumprimentos contratuais no processo de restauração.